

SÍNTESE POLÍTICA

UM SEMESTRE AGITADO

Se, no primeiro semestre de 1968, é possível identificar uma linha fundamental de tendência no processo político brasileiro, esta parece ser a de uma crescente decepção popular ante o governo revolucionário. Nas áreas mais politizadas, essa decepção já se traduz em termos de hostilidade ostensiva, como no meio estudantil, onde as críticas ao sistema educacional se transformaram rapidamente num desafio contestatório do próprio regime. O grande dilema, que parece delinear-se em alternativas irreduzíveis, é este: ou o governo conseguirá polarizar as forças vivas da nação para o projeto nacional do desenvolvimento, ou depositará suas esperanças em processos repressivos correndo o risco de se ver envolvido numa irreparável e estéril dialética de violência.

JÁ o final do primeiro trimestre do ano, coincidindo com o quarto aniversário da Revolução, fôra assinalado, na véspera, com graves perturbações da ordem iniciadas por manifestações de estudantes. Ao término do semestre, a crise que tais fatos prenunciavam se aprofundou seriamente.

Afirmam as autoridades de inteligência, os serviços de informações, que por trás dessas manifestações, para dar-lhes eficaz organização e aumentar-lhes as dimensões, estão sempre profissionais da subversão, enfim comunistas empenhados na agitação e na desordem. Infelizmente, porém, é preciso que

se aponte o poder público como responsável pela existência de pretextos para aquêles protestos e reivindicações que degeneram em conflito, pois na verdade polarizam os descontentamentos políticos e as inquietações sociais.

Nos acontecimentos de março o estopim foi mais uma vez o problema do chamado restaurante do Calabouço. Havia, no Castelo, nessa área, em construção precaríssima, um restaurante que servia a estudantes — e vários elementos mantêm ao longo de anos condição de estudante para êsse fim — refeições a preços simbólicos. Precisou o Estado realizar obras no

local e, depois de repetidos incidentes, demoliu o barracão, levantando, em sítio próximo, outra edificação onde o restaurante passou imediatamente a funcionar, também precariamente, pois as obras de complementação ficaram para um segundo tempo. Ora, esse segundo tempo, até fim de março, não veio, enquanto que a qualidade e os preços das refeições também causavam protestos.

Quando os frequentadores do restaurante quiseram dar forma a esses protestos numa passeata em hora de *rush* no centro da cidade, a polícia tentou impedir, foi recebida violentamente, houve a morte de um jovem, a onda avolumou-se, o governo estadual ficou atônito, a desordem cresceu e dominou a cidade até a hora do entêrro do móço, no dia seguinte.

Tudo quanto se verificou na esteira do acontecimento inicial pode justificar a assertiva oficial da infiltração de subversivos, mas a existência do pretexto da motivação inicial para o movimento de rebeldia, isso existiu, foi mantido, como uma chaga aberta de ineficiência administrativa ou simples descaso; a incompletação do restaurante e a regularização da qualidade e dos preços das refeições ou a apresentação de outra solução para o problema de estudantes pobres.

Transcorrido num domingo, o 31 de março foi assinalado apenas por solenidades militares em Brasília e em algumas capitais estaduais, enquanto na Guanabara e em outros pontos se verificava uma tensão, à espera da seqüência aos episódios da quinta-feira, 28, em-hora não restasse dúvida de que as forças armadas estavam prontas

para manter a ordem em todo o país, reagindo contra quaisquer tentativas de perturbá-la.

Embora esses acontecimentos refletissem certo desgaste da Revolução — em cujo quarto aniversário não faltou quem assinalasse ter ela deixado de enriquecer-se de um conteúdo, uma filosofia perfeitamente identificada, um programa no qual se engajassem o povo — é de notar que duas semanas antes o governo do Presidente COSTA E SILVA comemorara seu primeiro aniversário com bastante euforia. O próprio Chefe da Nação dera uma longa entrevista coletiva aos diretores de jornais, ele mesmo e seus Ministros mostraram os êxitos da administração em diversos setores, destacando-se: redução da taxa inflacionária, aumento do produto bruto nacional, início, prosseguimento e conclusão de grandes obras de energia elétrica e de transportes. No terreno político, embora contido num sistema bipartidário que não satisfaz aos mais inquietos dentre os membros dos dois partidos, considerou-se que o país estava gozando pelo menos daquelas condições de segurança e paz que permitem o desenvolvimento dos negócios, seguir a trilha da prosperidade.

Todavia, não se pode contestar que os movimentos tendentes a mobilizar politicamente o povo, a sensibilizar a opinião pública com relação aos problemas institucionais começavam a produzir algum resultado. Era o caso da Frente Ampla, aparecendo em comícios em praça pública. Porém, mais do que os sucessos dessa articulação tão heterogênea e mesmo muito repudiada, mais do que a aproximação de massa em direção aos lí-

deres —um dos quais, apenas um, o sempre discutidíssimo Sr. CARLOS LACERDA, com liberdade de movimentos e atuando ostensivamente— o que se verificava era a passagem gradativa de um estado de completa indiferença popular, espécie de resignação e espera, para um início de inquietação, de definição que pode engrossar grandemente a campanha por eleição presidencial direta em 1970, única possibilidade entrevista pelo povo de manifestação de protesto contra tudo que lhe desagrade, o crescimento do custo de vida, as falhas dos serviços públicos, o arrôcho salarial, enfim as frustrações e as desesperanças cotidianas de uma vida melhor.

Entretanto, o engajamento popular nessas tendências ou nesses objetivos era ainda muito fraco.

Predominava um reconhecimento aos homens que fizeram a Revolução, pelo movimento que livrou o país do caos, e aos que o mantêm imune a uma política estéril e mais caracterizada por ambições pessoais e interesses escusos do que pelo empenho de servir à coletividade, sobretudo com a coragem da impopularidade quando necessário.

Importante, nesse quadro, é que os revolucionários, ou como tais considerados todos os contrários à volta ao passado, permaneçam unidos. Alguns deles lançaram iniciativas no sentido de alargar o apoio político ao regime.

Foi o caso do Sr. LUÍS VIANA FILHO, Governador da Bahia e ex-Chefe da Casa Civil do Presidente CASTELO BRANCO. Empreendeu êle, no comêço do ano, um movimento de pacificação dirigido ao MDB, com tôdas as ressalvas de

que qualquer possibilidade de êxito dependeria do Presidente da República.

O partido oposicionista não assumiu uma atitude clara e unânime em tôrno do assunto. Verificaram-se dissensões, que bem refletem, aliás, a falta de unidade de orientação do partido em qualquer setor. Enquanto alguns elementos mostraram certa curiosidade pelas fórmulas que pudessem ser apresentadas, outros logo radicalmente levantaram como preliminares as reivindicações de eleições diretas em 1970, revogação da Lei de Segurança e outras.

O fato é que nem o Sr. LUÍS VIANA se aprofundou muito nas suas idéias de paz política, nem o MDB alcançou certa coerência interna para examinar o assunto.

Outra iniciativa que também obteve alguma repercussão foi a do Chanceler MAGALHÃES PINTO, porém noutro sentido. Visaria à pacificação na própria área revolucionária. Tendo em vista o afastamento de fiéis companheiros, as dissensões e os descontentamentos entre os correligionários, propunha um esforço para restaurar a união vigente em março de 1964. Logo ao primeiro enunciado da idéia, opôs-se a indagação de se tal convite à reconciliação incluiria também elementos que não apenas dissentem do atual governo mas o hostilizam abertamente em causa comum e projeção ostensiva com os anti-revolucionários. É o caso, especialmente, do Sr. CARLOS LACERDA, como sempre o campeão das radicalizações.

Por falta de uma cobertura positiva do Marechal COSTA E SILVA ou de maior entusiasmo do próprio Sr. MAGALHÃES PINTO, tampouco

a chamada pacificação da família revolucionária foi adiante.

De resto, afora os casos isolados de crítica ao regime e de tomadas de posição, e embora não como família mas como sistema de forças, a união das classes armadas e uma mesmo imprecisa liderança civil continuava suficiente para permitir ao governo enfrentar as crises que se adensavam no ar.

Dentre aquelas manifestações ou tomadas de posição em sentido dissonante, uma que entrou em rotina foi a do General OLÍMPIO MOURÃO, Chefe da Revolução em Minas Gerais e que, desde pouco depois na presidência do Superior Tribunal Militar, crítica frequentemente as instituições.

Há movimentos também, quer individuais, quer de grupos, no seio da chamada "linha dura". Ora para solicitar mais dureza contra subversão, ou para indicar a subsistência de corrupção, ora sem objetivo muito claro. Destacou-se, pelo inopinado e a repercussão do gesto, o que coube ao Cel. RUI CASTRO, vindo de sua guarnição no Sul para pronunciar-se sobre as condições que deve ter o candidato à Presidência da República em 1970. Foi punido.

Quase simultaneamente, um ex-chefe revolucionário e figura ilustre hoje da reserva do Exército, Marechal POPE DE FIGUEIREDO, fez uma declaração também sobre as eleições presidenciais, sustentando que elas deverão ser diretas.

Essas atitudes causaram certo otimismo em áreas políticas anti-revolucionárias, parecendo-lhes o começo de uma insurreição ou de um movimento capaz de alastrar-se e ganhar corpo ao encontro dos objetivos da oposição. Esperanças

vãs, pelo menos por enquanto, neutralizadas que foram por acontecimentos mais fortes.

No terreno do debate estritamente político, adquiriu substância, com vistas aos futuros pleitos, a questão das sublegendas, por cuja adoção se bateram amplos setores da ARENA. Projeto elaborado no seio do governo foi publicado, emendado, remetido ao Congresso.

A pretensão não tinha nem tem apoio jurídico nem moral. Trata-se de permitir que um partido, mostrando sua fragmentação interna, concorra a um só cargo com até três candidatos, e que, se a soma dos votos dados a êstes três for superior à soma dos votos dados ao partido contrário — embora um candidato dêste tenha alcançado maior votação do que o mais votado do outro — ganhe a eleição contra êste último.

É isto se tornou lei, após uma tramitação tumultuosa, porque pareceu esta ser a solução para o divisionismo do partido majoritário em vários Estados, onde dois chefes se digladiam dentro dêsse mesmo partido.

Esse divisionismo chega ao máximo de ostensividade e se acha mesmo institucionalizado em Mato Grosso, onde existem a ARENA-1 e a ARENA-2, com sedes próprias e separadas.

Teremos, em futuros pleitos diretos, o possedismo e o udenismo renascidos e se debatendo sob a mesma sigla geral e com suas sub-siglas.

Esse expediente permitirá também ao Presidente da República exercer maior influência contra o poder político dos governadores mediante apoio aos candidatos contrários a êstes. Enfim, volta a ve-

SINTESE POLITICA

lhos processos que aprofundam o desencanto popular por êsse jôgo, tudo dando lugar a que os movimentos reivindicatórios não procurem mais a participação dos políticos, mas até mesmo a evitem, como água de fonte poluída.

A proibição de atividades da Frente Ampla, mediante simples portaria do Ministro da Justiça, apesar de alguma repercussão que ela começa a alcançar conforme ficou dito linhas atrás, não provocou a menor sensibilização. Quanto ao MDB, estimou que a extinção acontecesse. E o Sr. CARLOS LACERDA achou oportuno ir gozar férias com amigos milionários em cruzeiro no Mediterrâneo.

Outro projeto governamental que sacudiu o Congresso e terminou, como tantos outros, pela aprovação por transcurso do prazo para discuti-lo, foi o chamado de cassação de municípios. Declara de interêsse da segurança nacional determinados municípios cujos prefeitos, em consequência, não serão mais eleitos, e, sim, nomeados.

Nesse episódio, como em alguns mais, se tem caracterizado a situação da ARENA como sustentáculo parlamentar do governo mas dividida por dissensões e mesmo rebeliões. Enquanto o Executivo e a Revolução são diariamente atacados pela oposição, sobretudo na Câmara dos Deputados, muito raramente se levanta uma voz do situacionismo para defendê-los.

Queixam-se os arenistas de que, no sistema atual, sofrem um sério e constante desgaste em suas bases eleitorais: suportam o ônus da solidariedade pelas omissões administrativas e pelas decisões impopulares e não capitalizam nada do que se realiza nas áreas regionais, seja

porque tais realizações decorram de planos técnicos, seja especialmente porque ministros com aspirações presidenciais capitalizam para si mesmos as obras e os melhoramentos executados.

As dificuldades no seio da ARENA avolumaram-se a tal ponto que o Sr. DANIEL KRIEGER, igualmente líder do governo no Senado Federal, renunciou à presidência, estabelecendo-se uma crise dificilmente contida.

A convenção nacional da agremiação, realizada na crista de acontecimentos de real gravidade, foi um acontecimento apenas formalístico, sem maior significação. O senador gaúcho foi reconduzido.

De outro lado, o MDB aparece de vez em quando nas colunas dos jornais como discutindo sua própria extinção. Seria uma espécie de baraquiri como protesto contra o bipartidarismo *ex-vi-lege* e contra a situação política tal como se apresenta.

A intenção, porém, não se concretizou nem se concretizará. Afinal, dentro do Congresso e dentro das regras vigentes, por mais restritivas que lhe sejam, a oposição movimenta-se com desembaraço, seus membros apreciam a participação nas comissões e sobretudo o desempenho de missões no exterior. E chegou a dar uma notável demonstração de sua força, dentro dos preceitos constitucionais, obtendo a convocação do legislativo para o mês de julho, no qual deveria permanecer em recesso.

Impressionado com afirmações como, por exemplo, a do Ministro JARBAS PASSARINHO, aparecida em manchete de jornais em fins de abril, de que a "administração perde o apoio do povo", o governo

contratou com organização particular especializada uma pesquisa de opinião cujos resultados se tornaram objeto de intensos comentários de políticos e da imprensa.

O plano do inquérito deixou muito a desejar, porque evitou incluir certas perguntas cruciais e formulou outras de maneira a amortecer o efeito das respostas.

Divulgando os dados obtidos pareceu o governo considerar-se satisfeito, apesar da escassa expressividade, talvez concedendo importância especial à caracterização da pessoa humana do Presidente COSTA E SILVA como dotada de simpatia.

O detalhe geralmente considerado mais expressivo foi a manifestação de indiferença em relação aos partidos políticos, pois, embora 45% dos inquiridos se tenham pronunciado a favor da continuação de dois partidos, na Guanabara —centro considerado altamente politizado— apenas 37% se manifestaram favoráveis a esse sistema contra 41% que preferiram não opinar e apenas 1% a favor da criação de novos partidos.

Em Brasília, enquanto 37% apóiam esses partidos, 50% se abstiveram de opinar, e, em São Paulo, outro centro altamente politizado, o resultado da pesquisa não foi muito diferente, pois 42% preferiram a manutenção dos dois partidos e 40% não opinaram.

São dados verdadeiramente melancólicos.

Por outro lado, registre-se que, mesmo dentro da escassa representatividade da amostra, a opinião pública revelou a constância de seu interesse pela solução dos problemas propriamente de subsistência

e a realização de reformas estruturais.

Como existem no país setores das classes dirigentes que autepõem sempre, a esses anseios de reforma, o alarma pela preservação das instituições, considerando estas sempre abaladas quando se pregam aquelas, alcançou intensa repercussão um documento reservado, um "esquema de estudos" inexplicavelmente levado ao conhecimento público.

O episódio merece ser contado. Tendo o Arcebispo do Recife recebido, como os demais bispos latino-americanos, um documento de trabalho para a próxima reunião do CELAM, na Colômbia, pediu sobre ele a apreciação dos professores do Instituto de Teologia daquela arquidiocese. Um desses professores, Padre JOSÉ COMBLIN, elabora suas apreciações.

No exame das causas remotas e próximas do subdesenvolvimento na América Latina, o autor é bastante cáustico, inclusive em relação ao papel da Igreja Católica, porém não deixa de ser verdadeiro. Cruamente, ou talvez mesmo cruelmente verdadeiro em certos pontos. Portanto, teria de chocar. E algumas conclusões, mais ainda, por evidentemente inaceitáveis. Em primeiro lugar a de que, na América Latina, somente no México e em Cuba existem pré-condições para o desenvolvimento pelo fato de em ambos aqueles países haver ocorrido uma revolução social. Depois, e de modo especial, as formulações estratégicas apontadas pelo teólogo como válidas para a conquista do poder para a realização da justiça social e o desenvolvimento, as quais incluem uma liderança carismática e a participa-

ção da Igreja em alianças espúrias, dizendo mesmo ser preciso "sujar as mãos". E, ainda, os pontos indicados para o exercício do poder violentamente conquistado, os quais prevêem drásticas formas de submissão ou afastamento dos vencidos.

Isolados os trechos de maior radicalização, prestou-se o estudo a manifestações reacionárias e à tentativa de criação de um clima de hostilidade contra o autor e envolvimento de Dom HÉLDER CÂMARA.

Tais provocações, entretanto, pelo menos até o fim do semestre que estamos reportando, não haviam alcançado seus mesquinhos objetivos, mesmo porque problemas de muito maior gravidade, no mesmo campo psico-social, disputaram a atenção do governo e especialmente de seus órgãos de segurança.

Esses problemas foram especialmente os decorrentes do recrutamento e ampliação da crise estudantil a partir do momento em que várias reivindicações da classe passaram a ter o apoio de professores, de famílias, do clero.

O "Calabonço" permaneceu fechado, cogitando o governo de entregá-lo à Aeronáutica para seus serviços de reembolsáveis, pois o considera um centro de subversão, enquanto oferecia, aos que o frequentavam, bôlsas para alimentação, sem lograr inteiro êxito nessa solução aparentemente mais conveniente aos universitários pois lhes permite fazer as refeições nas próprias faculdades.

Registraram-se atrasos na liberação de verbas federais para o ensino, do que resultou numerosos professores contratados ficarem privados

dos seus vencimentos desde o início do ano.

A êsses fatos juntou-se tãda a problemática da educação no Brasil, a qual é objeto de análises neste número de SÍNTESE.

Há que somar a tudo isso a inquietação da juventude, com características próprias, nos países subdesenvolvidos, como o nosso, e em países desenvolvidos, onde igualmente, nuns e noutros, ocorreram agitações em cadeia.

Tanto quanto as deficiências atuais do ensino, ou seu obsolecismo, é causa daquela inquietação a visão de escassez de oportunidades na vida prática, resultado de um sistema econômico e social que, em escala mundial, se apresenta injusto e opressor para os países subdesenvolvidos.

Aí começam então as conotações políticas naturalmente aproveitadas por elementos adeptos de uma das linhas de agitação comunistas, donde a intervenção, nas manifestações sob pretexto das reivindicações estudantis, de alusões ao Vietnã, queima de bandeira dos Estados Unidos e atentados à embaixada americana.

No plano nacional, com a colaboração muito ativa dos artistas teatrais, autores e cantores, em luta contra a Censura, os manifestantes não ficaram no reclamo do atendimento de pretensões, em geral consideradas justas; passaram a ofender a classe militar, a agredir o governo e pregar a queda do mesmo, multiplicando pelas cidades *slogans* de incitamento à rebeldia popular armada, entre êles o de "abaixo a ditadura".

Quando essa tônica se acentuou fortemente, além de tornar-se pa-

tente a insistência em ir para as ruas prejudicando seriamente a vida urbana e as atividades econômicas e causando danos materiais a bens públicos e privados (até viatura do Exército foi incendiada) aquele apoio de professores, famílias e clero restringiu-se enormemente.

Para isso concorreu também o episódio da audiência do Presidente da República, em Brasília, a delegados — estudantes e intelectuais — da grande massa popular que desfilara no Rio de Janeiro, na qual os reivindicantes se fixaram em dois pontos — o da reabertura do Calabouço e o da libertação de estudantes presos, inclusive os que estivessem respondendo a processo e portanto à disposição do Poder Judiciário —, abandonaram a oportunidade do diálogo, não feriram problemas de política educacional.

Nesse período, estiveram em risco as instituições.

Por omissão do poder político, marginalizado — inclusive por motivos remotos da incompetência e demissão das elites — viu-se o governo, também na esteira de perseguições e repressões brutais, a enfrentar uma situação que a muitos se afigurava a caminho do caos e para a qual somente se divisava o recurso à violência, medidas de exceção, podendo disso entretanto resultar a aceleração do advento daquele mesmo caos. É isto porque, não se tendo certeza de uma perfeita unanimidade de ponto de vista nas forças armadas, receava-se entrar num período de sucessão de golpes e contragolpes, justamente como a desejada por certa ala extremista do movimento estudantil como prelúdio de instauração de um regime ideal, cuja

configuração seguramente da mesma não saberá delinear.

A antecipação das férias de julho nos estabelecimentos de ensino foi uma das providências do governo e das reitorias para conduzir ao esvaziamento da crise. O Ministério da Educação apresentou o projeto de sua reforma administrativa. Por fim, o Presidente da República nomeou um Grupo de Trabalho para elaborar, dentro de trinta dias, a reforma universitária.

Antecipa-se a decisão de não mais serem permitidas passeatas do gênero das que perturbaram a vida de várias cidades e causaram danos materiais de maior ou menor gravidade, inclusive um generalizado e moderno pichamento de paredes, muros, monumentos. Nas próprias reuniões em recintos escolares notou-se um arrefecimento, embora sejam tidas como preluís de elaborações estratégicas de ação para agosto vindouro, aliás, segundo se supõe, quaisquer que sejam as medidas governamentais no sentido do atendimento das reivindicações estudantis.

Por outro lado, nos últimos dias deste agitado semestre, verificou-se atentado ao Quartel-General do II Exército, em São Paulo, com bomba e metralhadora, a morte de uma sentinela e era um estudante esse soldado.

Unindo as agitações abertas aos atos de terrorismo, somando outros dados, o governo marcha para entender que se processa uma tentativa de contra-revolução e prepara-se para agir em consequência.

E foi entre preocupações sobre os métodos que adotará e as consequências que se chegou ao fim de junho.